

## REFLETINDO INCLUSÃO DIGITAL NO ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS DE PANDEMIA: AÇÕES QUE TRANSFORMAM EXCLUSÃO NA INCLUSÃO NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL\*

Gleison Araujo Morais  
Mestrando em Linguística Aplicada – PGLA/UNB

**Resumo:** Considerando a pandemia da Covid-19 que atingiu o mundo todo e refletindo o Brasil especificamente, todas as redes de Ensino Superior teve o desafio de refletir e desenvolver planos que adequassem as atividades presenciais de seus cursos para atividades remotas. Caso consideremos a ampla presença da realidade virtual em nossa sociedade globalizada, migrar as atividades presenciais para atividades remotas seria algo comum para uma sociedade habituada ao uso dos recursos digitais. Porém, também é sabido que o Brasil possui proporções continentais e a desigualdade social está presente em muitos contextos, tal desigualdade muitas vezes privam as pessoas do acesso cotidiano às tecnologias, contribuindo para a exclusão digital. Sendo assim, esse trabalho, através de pesquisa bibliográfica, busca instigar reflexões a partir da seguinte questão: Quais ações estão sendo realizadas para que o Ensino Superior atinja todos os estudantes na modalidade remota, contribuindo para a inclusão digital? Considerando o exemplo do plano de ação para a adequação das atividades presenciais em atividades remotas desenvolvido pela Universidade de Brasília, conclui-se que não basta apenas transformar modalidade presencial em remota. O ensino mediado pelas tecnologias é um caminho promissor em tempos de isolamento físico, porém pesquisas e projetos de inclusão digital precisam ser elaborados entre instituições, para que o ensino chegue a todos e não contribua para uma segregação e exclusão digital.

**Palavras-Chave:** inclusão digital; ensino superior; ensino remoto emergencial; inclusão social

### 1 Introdução

Cada época possuiu suas enfermidades fundamentais. Desse modo, temos uma época bacteriológica, que chegou ao seu fim com a descoberta dos antibióticos. Apesar do medo imenso que temos hoje de uma pandemia gripal, não vivemos numa época viral. Graças à técnica imunológica, já deixamos para trás essa época. Visto a partir da perspectiva patológica, o começo do século XXI não é definido como bacteriológico nem viral, mas neuronal. (HAN, 2015, p.7)

É com essa citação de Byung-Chul Han (2015), que inicio esse artigo, refletindo que apesar de não estarmos vivendo no século viral, a pandemia gripal que o autor afirma termos chegou. Com ela, não veio e nem se teve de imediato os recursos imunológicos para combatê-la, sendo assim, o isolamento físico devido à pandemia da Covid-19 foi a solução adotada, com ele, diferentes campos das atividades sociais e do trabalho foram levadas se não a fechar, a adaptar as atividades em modalidades de *delivery* ou atividades remotas (online), o *home office* é a modalidade do momento para o período que agora vivenciamos.

Analisando o impacto que a pandemia trouxe para o setor educacional, especificamente o Ensino Superior, nas modalidades EaD pouca coisa mudou, haja vista que essa modalidade de ensino já trabalha com a mediação digital a distância. No entanto, o desafio se coloca para instituições de Ensino Superior cuja única modalidade era a presencial. Essas instituições, como medida emergencial, tiveram o desafio de adaptar as atividades de seus cursos presenciais em atividades remotas. No que tange à complexidade dessa tarefa, corroboro com o posicionamento de Kenski (2013, p.111), quando a autora afirma que com a mediação tecnológica em cursos presenciais “Muita coisa muda: desde a apresentação e organização dos conteúdos, até a realização de atividades, a distribuição dos tempos, a definição das formas de participação de

---

\* XIV Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online.

professores e alunos e o processo de avaliação. Em cursos à distância, tudo se torna ainda mais complexo.”

Nessas complexidades, está a tarefa de assegurar a chegada da modalidade remota a todos os estudantes, esse trabalho objetiva analisar como fica a situação dos alunos que não têm acesso aos recursos tecnológicos ou que não têm a habilidade de interagir nas plataformas digitais. Sabendo que o Brasil possui grande expansão territorial, marcado também por grande desigualdade social, com a renda concentrada em regiões específicas (MATTOS; CHAGAS, 2008), nem todas as pessoas estão inseridas digitalmente na sociedade. Com a mudança repentina de ensino presencial para remoto, levanto o seguinte questionamento: Quais ações estão sendo realizadas para que o ensino superior atinja todos os estudantes na modalidade remota, contribuindo assim para a inclusão digital?

Para desenvolver as reflexões em torno desse questionamento, a partir de estudo bibliográfico escrevo esse artigo, analisando a complexidade que envolve o conceito de inclusão digital, termo que além de complexo também pode recair em outras questões sociais, tais como inclusão social, exclusão social e digital, emancipação digital, etc. Para tanto, faço referência a alguns autores que discorrem sobre o tema, entre eles: BONILHA; OLIVEIRA (2011), SILVEIRA (2011), DIAS (2011), MATTOS; CHAGAS (2008), KENSKI (2013), entre outros. A partir da reflexão sobre inclusão digital incitada por esses autores, finalizo analisando como aconteceu o processo de adaptação do ensino presencial em ensino remoto na Universidade de Brasília (UNB), no que tange atingir os alunos que não possuem os aparelhos tecnológicos necessários ou uma conexão de internet com banda larga considerável para as aulas online. Concluo, partindo dessa análise, que com o isolamento físico provocado pela pandemia da Covid-19, o ensino remoto online foi a opção mais viável apresentada diante de todo cenário, porém, não se trata de repentinamente pedir para que os alunos migrem para as plataformas digitais. É necessário que as instituições conheçam seu público, principalmente aqueles excluídos digitalmente, e criem programas de inclusão digital para que o ensino chegue a todos, fazendo com que o ensino remoto seja espaço para interação em um mundo globalizado, com mais educação e menos segregação e exclusão.

## 2 Exclusão digital, inclusão digital e afins

O termo exclusão digital surgiu devido a ampla disseminação de forma desigual das tecnologias na sociedade. Logo, a necessidade da inclusão digital partiu da existência da exclusão, por isso, são termos relacionados. Em escala mundial, segundo BONILHA; OLIVEIRA (2011), programas de inclusão digital começaram a ser pensados a partir da dos <sup>1</sup>Programas Sociedade da Informação. No Brasil, segundo esses mesmos autores, o conceito é introduzido a partir do lançamento do <sup>2</sup>“Livro Verde – Sociedade da Informação no Brasil” de Takahashi (2000), nesse âmbito, as discussões sobre inclusão digital começaram a relacionarem-se à limitação das tecnologias para o grande contingente populacional existente no país. Sendo assim, junto ao termo exclusão digital surgiram outros como *digital divide*, *digital gap*. etc. e é também nesse contexto que instituições públicas e privadas iniciaram projetos para combater a exclusão digital e proporcionar a inclusão.

Conforme BONILHA; OLIVEIRA (2011), exclusão e inclusão digital, além de opostos, são termos ambíguos, pois também estão relacionados aos conceitos de inclusão e exclusão

<sup>1</sup> Segundo BONILHA; OLIVEIRA (2011, p.23-24), os “Programas Sociedades da Informação” são programas destinados a constituir em escala nacional uma “Sociedade da Informação”. Consolidado na década de 90, esses programas são notadamente marcados pelos empreendimentos nos EUA, UE e Organismos Internacionais, entre os quais a União das Nações Unidas (ONU) e a União dos Estados Americanos (OEA). O Brasil incorpora a pauta desse programa em sua agenda política a partir do lançamento do “Livro Verde – Sociedade da Informação no Brasil” (TAKAHASHI, 2000).

<sup>2</sup> Disponível na íntegra em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/ci000005.pdf>>

social, ou seja, antes de discutir-se a inclusão e exclusão digital, é necessário atentar-se às exclusões sociais. Tratando-se do Brasil especificamente, exclusão e inclusão digital são relacionadas a outras questões sociais, devido à grande desigualdade de distribuição de renda no país (MATTOS; CHAGAS, 2008). O século XX no Brasil foi marcado por grande estagnação econômica, e mesmo com esse cenário econômico instável ampliaram-se a disseminação das TICs, porém, o acesso não chega a todos, logo, corroborando com BONILHA; OLIVEIRA (2011, p.32), o que se deve discutir em termos de inclusão digital é “o quanto tais abordagens contribuem para que os sujeitos se articulem ativamente nessas novas dinâmicas sociais, através das tecnologias, para gerar as transformações necessárias às suas demandas sociais, econômicas, culturais e políticas.”

O que se discute em relação à inclusão digital é a inserção para além do fornecimento de aparatos tecnológicos à população, mas também a possibilidade de sua apropriação crítica. Sendo assim, a inclusão e exclusão digital, segundo Levy (1999) interpretado por Dias (2011, p.69), “vai muito além das máquinas e acesso à internet”, para enfatizar-se outros aspectos como alfabetização digital, habilidade de saber pesquisar conteúdos, se comunicar, etc., desse modo, não se trata apenas de entregar as tecnologias, mas de oferecer recursos para o uso das mesmas.

A alfabetização digital está inclusa no processo de inclusão digital, quanto a isso, assemelha-se ao conceito de alfabetização tradicional, que, segundo Magda Soares (2003), refere-se à capacidade de saber ler e escrever, já a alfabetização digital refere-se ao uso mecânico das tecnologias, no sentido de usá-las para desenvolver tarefas. Nesse interim, Dias (2011) insere o termo emancipação digital nos programas de inclusão digital, esse termo, segundo o autor, foi utilizado por Schwartz (2010), advogando para que se dê um passo além do uso passivo das tecnologias, contribuindo para a construção colaborativa do conhecimento em rede e a promoção da aprendizagem autônoma. Desse modo, no contexto educacional ou nos programas de inclusão digital os alunos são autores do conhecimento, o que implica a colaboração em rede.

Ainda referindo-se à emancipação digital, coaduno com Dias (2011), quando o autor afirma que é preciso estar atento para que a inclusão digital não se limite à alfabetização digital, pois, se isso ocorrer, ao invés de estar contribuindo para a emancipação digital, a inclusão estará apenas contribuindo para servir o mercado. Sendo assim, na emancipação digital está o sentido de uso e inserção crítica das tecnologias.

Além de emancipação digital, outro conceito que relaciona-se à inclusão digital é o de cidadania. Esse, não se distancia muito das discussões a respeito da inclusão social, segundo Cabeda (2004), etimologicamente cidadão significava “aquele que vive na cidade”. Com o advento do reconhecimento dos direitos civis e sua formalização em documentos, cidadania passa a não ter um sentido único, podendo referir-se, por exemplo, aos direitos e deveres dos cidadãos segundo o que está na carta constitucional de cada país. No âmbito da inclusão digital, ainda em Cabeda (2004), alguns autores advogam para a integração das tecnologias indo do nível global ao local, ou seja, integrar o “glocal” (QUÉAU, 2001).

Para que os planos de inclusão digital sejam elaborados, considerado o que aqui foi discutido, é indispensável o papel de instituições públicas e privadas na promoção da inclusão digital. Os primeiros projetos desenvolvidos no Brasil são os telecentros, que são locais de acesso gratuito à internet. No âmbito privado, com o advento da internet, as *lan houses* também são exemplos de espaços que garantiram o amplo acesso de computadores ligados à internet. Segundo Silveira (2011), parte das classes D/E frequentavam esses locais para se conectarem, enquanto outras utilizavam a escola como espaço de acesso aos conteúdos digitais. Tais argumentos mostram a importância desses lugares na inclusão digital, principalmente o ambiente escolar/educacional, que pode ser o primeiro local de acesso à internet para muitas classes sociais.

Apesar da promoção de programas de inclusão digital no Brasil, corroboro com MATTOS; CHAGAS (2008, p.81), quando afirmam que “A elevada concentração de renda e o baixo nível do rendimento médio da população brasileira representam, portanto, um significativo entrave para a manutenção de uma contínua ampliação do grau de inclusão digital no Brasil no futuro breve.”

Portanto, os programas avançam, mas a distribuição de renda no Brasil ainda é desigual, não somente entre as classes sociais, mas nas regiões como um todo. A promoção de mais programas de inclusão digital requer pacto entre governo e sociedade (SANTOS, 2005), devido à pandemia da covid-19 que afeta o mundo todo, diferentes esferas da sociedade se reinventaram, na educação o ensino presencial necessitou ser adaptado para o remoto emergencial. No Ensino Superior, as instituições tiveram que adaptar as atividades presenciais remota, com isso, novamente surge o debate sobre inclusão digital, conforme aqui apresentei. Na próxima seção analiso algumas ações desenvolvidas pela Universidade de Brasília para integrar todos os estudantes na modalidade remota e contribuir com a inclusão digital.

### **3 Ensino remoto e inclusão digital: ações no Ensino Superior que transformam exclusão em inclusão**

O ensino remoto emergencial, levantado durante a pandemia, é diferente da modalidade de ensino EaD. Essa, possui legislação própria, as atividades ocorrem de forma <sup>3</sup>síncrona e assíncrona, além da necessidade de uma equipe para discutir estratégias pedagógicas, qualidade e estética da forma como o ensino é apresentado, etc. A modalidade remota emergencial, conforme Hodges *et al.* (2020 *apud* ARRUDA, 2020, p.265) difere-se da EaD por propor “usos e apropriações das tecnologias em circunstâncias específicas de atendimento onde outrora existia regularmente a educação presencial.” Sendo assim, o ensino faz uso das tecnologias, porém, é uma medida temporária, em que o ensino presencial fica na modalidade online até que as atividades presenciais possam ser retomadas.

Considerando a situação emergencial, passo a analisar, a partir das notícias publicadas pelo site da <sup>4</sup>Universidade de Brasília (UNB), quais caminhos foram percorridos para adaptar o ensino presencial em remoto, de forma que a inclusão digital fosse abordada durante o processo de ajuste do ensino. As considerações que tecerei serão sensíveis ao caráter excepcional que o momento pandêmico implica. Apesar de no Ensino Superior o acesso dos estudantes às tecnologias ser maior (ARRUDA, 2020), isso não significa que a exclusão digital não esteja presente, portanto, agora passo a analisar as notícias que foram publicadas no site da UNB fazendo relação à inclusão digital.

Como estudante do programa de pós graduação em Linguística Aplicada (PGLA) da UNB, em meados de março presenciei o fechamento das universidades, seguindo o <sup>5</sup>decreto que estabeleceu o fechamento das universidades durante o período pandêmico. Com esse decreto, as atividades continuaram de forma online, porém, ao considerar que muitos alunos não possuíam acesso aos recursos tecnológicos, o Cepe (Concelho de Ensino, Pesquisa e Extensão), optou pelo cancelamento do calendário. O primeiro decreto previa a suspensão das

---

<sup>3</sup> Segundo o site Rotas de Inovação Universitária da UNB (RIU), atividades síncronas “dispõem de um espaço-tempo comum, previamente estabelecido, entre estudante-professor para sua realização”, ou seja, são atividades realizadas em tempo conjunto entre alunos e professores. Já atividades assíncronas “não dispõem de um tempo comum para serem realizadas pelos estudantes.”, nesse caso, os estudantes definem o momento mais adequado para realizar as atividades de acordo com seu tempo. Disponível em: <<https://riu.cead.unb.br/orientacoes/2-publicacoes/76-sincrono>

assincrono#:~:text=%C3%89%20importante%20ressaltar%20que%20as,para%20serem%20realizadas%20pelo%20estudantes.> acesso em: 21/10/2020

<sup>4</sup> Endereço virtual da UNB: <<https://www.unb.br/>>

<sup>5</sup> Um dos primeiros decretos publicados no DF foi o de Nº 40.520, de 14 de março de 2020. Disponível em: <<https://diariodopoder.com.br/wp-content/uploads/2020/03/DECRETO-40.520.pdf>> acesso em: 21/10/2020

atividades presenciais das universidades até o começo de junho, mas como o vírus ainda não estava controlado, novos decretos foram sendo publicados e com isso o retorno foi ficando cada vez mais distante. No dia 03/07/2020 é publicada a seguinte notícia na página da universidade:

Figura 1: Cepe discute resolução sobre a retomada do calendário acadêmico.  
Fonte: Página eletrônica da UNB.

6



A partir de então, aconteceram reuniões semanais com o Cepe a fim de que a minuta final sobre as atividades remotas estivesse completa. A nós alunos e aos professores foram enviados questionários com o intuito de analisar nossa situação diante do ensino remoto, se possuímos recursos digitais, internet de qualidade, etc. A partir de então, as notícias que se seguiram foram referentes a promoção da inclusão digital, conforme ilustrado a seguir:

Figura 2: Reitora conversa com estudantes sobre retomada das atividades. Fonte: Página eletrônica da UNB.



7

Figura 3: Edital de apoio à inclusão digital está disponível. Fonte: Página eletrônica da UNB.



Figura 4: Estudante pode se inscrever para atuar como tutor de inclusão digital. Fonte: Página eletrônica da UNB.



<sup>6</sup> Disponível em: <<http://noticias.unb.br/76-institucional/4268-cepe-discute-resolucao-sobre-a-retomada-do-calendario-academico>>. Acesso em: 10/08/2020 >

<sup>7</sup> Fontes das figuras 2, 3 e 4 disponíveis em: <<http://noticias.unb.br/76-institucional/4284-reitora-conversa-com-estudantes-sobre-retomada-das-atividades>>, <<http://noticias.unb.br/112-extensao-e-comunidade/4299-edital-de-apoio-a-inclusao-digital-esta-disponivel>> e <<http://noticias.unb.br/67-ensino/4342-estudante-pode-se-inscrever-para-atuar-como-tutor-de-inclusao-digital>>. Acesso em: 10/08/2020

Figura 5: UnB amplia inclusão digital para estudantes durante pandemia. Fonte: Página eletrônica da UNB.



Figura 6: O que esperar da retomada do calendário acadêmico da Universidade de Brasília? Fonte: Página eletrônica da UNB.



8

Considerando o que apresentei a respeito de inclusão digital e o momento excepcional trazido pelo distanciamento físico para combate à pandemia, analiso que apesar da urgência que foi necessária nas ações para adaptação do ensino presencial em remoto, a universidade não deixou de fora os alunos em situação de exclusão digital, publicando no site todas as medidas que estavam sendo tomadas, desde o início das reuniões para retomada do calendário até os projetos de inclusão digital.

Para Santos (2005), projetos de inclusão digital requerem pacto entre governos e sociedade, no momento presente, como se trata de uma situação de emergência, esse pacto foi formado entre os gestores, diferentes setores da universidade, os discentes que formam a comunidade acadêmica e também junto ao Ministério da Educação (MEC). Como pode ser visto nas notícias, uma das primeiras ações diretamente ligada aos estudantes foi a conversa com a reitora, em encontro virtual. Além da reitora, os decanos de ensino estavam presentes, especificamente o de Ensino da Graduação, que esclarece o seguinte: “haverá flexibilização e que todas as decisões serão tomadas com “rigor e bom senso”, para não haver qualquer prejuízo didático-pedagógico e para ninguém ficar para trás.” Não deixar ninguém para trás estava nas ações pedagógicas que estavam sendo pensadas, o que corrobora com o que foi aqui discutido a respeito de inclusão digital e social, conforme também é visto em Kenski (2013). Como na rede tudo se tornar mais complexo, os alunos precisam sentir que têm o vínculo que teriam na modalidade presencial.

As notícias seguintes sobre a retomada das aulas diziam respeito ao <sup>9</sup>edital de inclusão digital, promovido a fim de garantir o acesso às tecnologias e à banda larga suficiente para acesso ao ensino remoto. Portanto, o edital não se direcionava apenas aos estudantes que não possuíam os aparelhos digitais, mas também a quem não possuía acesso suficiente de internet. Quanto a esse aspecto, o pacto foi firmado junto ao Ministério da Educação que forneceria pacote de dados móveis, haja vista que a pesquisa levantada na comunidade acadêmica revelou que 6 % dos estudantes não tinham acesso aos recursos digitais e 30 % precisaria de apoio para melhores condições de uso da internet. Logo, dois aspectos da inclusão digital que é discutido em Dias (2011, p.72) se fazem presentes nessas ações, a saber: “massificar a banda larga” e disponibilizar máquinas.

Junto aos planos de inclusão digital, são abertas inscrições para que os estudantes atuem como tutores durante o ensino remoto, eles comporiam o “Núcleo de Apoio às Atividades Acadêmicas Remotas”, necessitando terem habilidades no manuseio de plataformas digitais, para poderem auxiliar os colegas durante o período de ensino. Essas ações contribuem para a alfabetização digital na inclusão digital, que também é abordado em Dias (2011), não se

<sup>8</sup> Fontes das figuras 5 e 6 disponíveis em: < <http://noticias.unb.br/112-extensao-e-comunidade/4361-unb-amplia-inclusao-digital-para-estudantes-durante-pandemia>> e < <https://noticias.unb.br/67-ensino/4362-o-que-esperar-da-retomada-do-calendario-academico-da-universidade-de-brasilia>>. Acesso em: 10/08/2020

<sup>9</sup> < [http://www.dds.dac.unb.br/images/Editais/2020/Edital\\_Incluso\\_Digital.pdf](http://www.dds.dac.unb.br/images/Editais/2020/Edital_Incluso_Digital.pdf) >

tratando apenas de disponibilizar os recursos tecnológicos, mas de viabilizar meios para que a sua efetiva utilização ocorra.

Para além da inclusão digital, cada ação desenvolvida em relação à retomada das atividades foi noticiada no site da universidade, como é visto no exemplo aqui colocado, “o que esperar da retomada do calendário acadêmico da Universidade de Brasília?”, em que é anunciado que “Ferramentas de ensino e conexão remotas estão entre as possibilidades a serem utilizadas para as aulas, que serão realizadas de modo não presencial.” Ou seja, além dos meios de inclusão digital, a faculdade usaria plataformas específicas para viabilizar as aulas, entre elas o <sup>10</sup>office 365 e o <sup>11</sup>Aprender 3.

Apesar de toda polêmica que envolve o conceito de inclusão digital, com o período excepcional provocado pela Covid-19, as universidades precisaram deliberar ações de inclusão digital para que o ensino continuasse e essas ações partiram do conhecimento da situação social de cada estudante que compõe a comunidade acadêmica.

#### **4 Considerações finais**

As discussões aqui apresentadas partiram da inquietação que me veio ao refletir como as pessoas que não têm acesso aos recursos digitais acessariam o Curso Superior durante o período de atividades remotas, adotado como solução de ensino durante a pandemia da Covid-19. A inclusão e exclusão digital são conceitos ambíguos, por não se restringirem somente a exclusão e inclusão a nível tecnológico, mas também a nível social, desse modo, os excluídos social e digital geralmente estão à margem da sociedade.

A existência da exclusão digital partiu da percepção de que o grande contingente populacional e a concentração de renda em determinadas regiões do Brasil contribuem para que as tecnologias, bem como o que nela é disponibilizado não cheguem a todos, formando um cenário de exclusão. Portanto, efetivas ações de inclusão digital são aquelas que geram projetos que além da disponibilização de recursos digitais, promovem a inclusão social a partir da alfabetização digital e a emancipação digital. Assim, as pessoas podem passar a interagir de forma autônoma e crítica na rede, e a inclusão digital não é vista somente como meio técnico.

Os tempos de isolamento físico provocado pela pandemia levou todos os setores da sociedade a se reinventar, sendo as tecnologias as principais aliadas nesse processo de reinvenção. Aqui especificamente analisei como a inclusão digital foi pensada no Ensino Superior diante desse cenário excepcional. Para que a educação não parasse, o ensino remoto foi a modalidade mais viável. Diferente da EaD, que é uma modalidade de ensino já existente com legislações próprias, a modalidade remota trata-se de uma ação de emergência, em que as atividades presenciais são adaptadas para as plataformas digitais, mas com caráter temporário, que necessitou um planejamento repentino, porém, criterioso para que ninguém ficasse de fora.

Analisei como a Universidade de Brasília (UNB) noticiou os estudantes no que dizia respeito ao que estava sendo desenvolvido para levar a modalidade remota a todos. A universidade, desde o cancelamento do calendário, veio promovendo reuniões junto ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), fazendo também reuniões e pesquisas com os discentes, a fim de promover programas de inclusão digital. Portanto, apesar de minha análise ser uma ponta do iceberg junto ao grande cenário educacional que é o Brasil, concluo trazendo para o foco da discussão que o ensino mediado pelos recursos digitais é o caminho promissor em uma sociedade globalizada, que se viu obrigada a viver tempos de isolamento físico. No entanto, pesquisas e projetos de inclusão digital precisam ser elaborados entre diferentes setores, para que o ensino chegue a todos e não contribua para uma segregação e exclusão digital. Não se trata apenas de migrar o presencial para o ambiente digital, mas de promover planos para que esse ambiente chegue a todos de maneira inclusiva.

---

<sup>10</sup> <<https://www.office.com/>>

<sup>11</sup> <<https://aprender3.unb.br/>>

## Referências

- ARRUDA, E. P. Educação remota emergencial. elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **Revista de educação a distância**. v.7, n.1, p.257-275, 2020.
- BONILHA, M. H. S.; OLIVEIRA, P. C. S. Inclusão digital: ambiguidades em curso. In: BONILLA, M. H. S.; PRETTO, N. D. L., (Orgs.) **Inclusão digital**: polêmica contemporânea [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, p.23-48. Disponível em: <<http://books.scielo.org>> Acesso em: 07/08/2020
- CABEDA, Marcelo. Inclusão digital e educação on-line em prol da cidadania: pontos para reflexão. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, São Paulo, Fevereiro. 2004
- DIAS, Lia Ribeiro. Inclusão digital como fator de inclusão social. In: BONILLA, M. H. S.; PRETTO, N. D. L., (Orgs.) **Inclusão digital**: polêmica contemporânea [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 61-90. Disponível em: <<http://books.scielo.org>> Acesso em: 07/08/2020
- GABINETE DA REITORIA. Cepe discute resolução sobre a retomada do calendário acadêmico. **UNB notícias**. Brasília, 03 de Jul. de 2020. Disponível em: <<http://noticias.unb.br/76-institucional/4268-cepe-discute-resolucao-sobre-a-retomada-do-calendario-academico>>. Acesso em: 10 de ago. de 2020
- GABINETE DA REITORIA. Reitora conversa com estudantes sobre a retomada das atividades. **UNB notícias**. Brasília, 09 de Jul. de 2020. Disponível em: <<https://tecnoblog.net/247956/referencia-site-abnt-artigos/>>. Acesso em: 10 de ago. de 2020
- GABINETE DA REITORIA. Edital de apoio à inclusão digital está disponível. **UNB notícias**. Brasília, 14 de Jul. de 2020. Disponível em: <<http://noticias.unb.br/112-extensao-e-comunidade/4299-edital-de-apoio-a-inclusao-digital-esta-disponivel>>. Acesso em: 10 de ago. de 2020
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Tradução: Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.
- KENSKI, V. M. **Tecnologia e Tempo Docente**. 1ª ed. São Paulo: Papirus, 2013.
- MATTOS, F. A. M.; CHAGAS, G. J. N. Desafios para a Inclusão Digital no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.13, n.1, p.67-94, jan./abr. 2008
- SANTOS, S. S. A inclusão digital requer novo pacto social entre governos e sociedade. **Inclusão Social**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 24-27, out./mar., 2005
- SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DA UNB. Estudante pode se inscrever para atuar como tutor de inclusão digital. **UNB notícias**. Brasília, 30 de Jul. de 2020. Disponível em: <<http://noticias.unb.br/67-ensino/4342-estudante-pode-se-inscrever-para-atuar-como-tutor-de-inclusao-digital>>. Acesso em: 10 de ago. de 2020
- SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DA UNB. UnB amplia inclusão digital para estudantes durante pandemia. **UNB notícias**. Brasília, 07 de Ago. de 2020. Disponível em: <<http://noticias.unb.br/112-extensao-e-comunidade/4361-unb-amplia-inclusao-digital-para-estudantes-durante-pandemia>>. Acesso em: 10 de ago. de 2020
- SILVEIRA, Sergio Amadeu. Para além da inclusão digital: poder comunicacional e novas assimetrias. In: BONILLA, M. H. S.; PRETTO, N. D. L., (Orgs.) **Inclusão digital**: polêmica contemporânea [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 49-59. Disponível em: <<http://books.scielo.org>> Acesso em: 07/08/2020
- SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. n.25, p.05-17, 2003.
- TORRES, Thaise. O que esperar da retomada do calendário acadêmico da Universidade de Brasília? **UNB notícias**. Brasília, 10 de Ago. de 2020. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/67-ensino/4362-o-que-esperar-da-retomada-do-calendario-academico-da-universidade-de-brasil>>. Acesso em: 10 de ago. de 2020